

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/11/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,12515
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,02793
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,45101

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.997.093	9.353.492
1.01	Ativo Circulante	4.096.494	2.964.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.070.927	197.579
1.01.03	Contas a Receber	2.002.955	1.738.965
1.01.03.01	Clientes	2.002.955	1.738.965
1.01.04	Estoques	9.535	8.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.145	60.043
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.145	60.043
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.821	1.338
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	56.324	58.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.838	29.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	925.094	929.502
1.01.08.03	Outros	925.094	929.502
1.01.08.03.01	Outros créditos	148.531	198.199
1.01.08.03.02	Derivativos	83.126	65.435
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	693.437	665.868
1.02	Ativo Não Circulante	6.900.599	6.389.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.581.564	4.135.283
1.02.01.04	Contas a Receber	43.294	49.326
1.02.01.04.01	Clientes	43.294	49.326
1.02.01.07	Tributos Diferidos	193.045	250.933
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	193.045	250.933
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.177	3.450
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.343.048	3.831.574
1.02.01.10.03	Derivativos	117.208	80.955
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	509.006	474.095
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social a compensar	64.248	61.777
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	61.033	58.240
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	3.371.971	3.026.780
1.02.01.10.10	Outros créditos	8.431	7.606
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	211.151	122.121
1.02.04	Intangível	2.319.035	2.254.187
1.02.04.01	Intangíveis	2.319.035	2.254.187
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.850.982	1.823.908
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	468.053	430.279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.997.093	9.353.492
2.01	Passivo Circulante	4.162.716	2.406.582
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.476	39.857
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.476	39.857
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	58.476	39.857
2.01.02	Fornecedores	1.416.696	1.026.612
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.416.696	1.026.612
2.01.03	Obrigações Fiscais	229.835	310.094
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	80.370	82.478
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	494	10.167
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	12.210	10.678
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	56.545	49.272
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	11.121	12.361
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	147.868	225.908
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	147.868	225.908
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.597	1.708
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.597	1.708
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.459.617	454.391
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.430.250	372.081
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	480.297	122.309
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	949.953	249.772
2.01.04.02	Debêntures	29.367	82.310
2.01.04.02.01	Debêntures	29.367	82.310
2.01.05	Outras Obrigações	998.092	575.628
2.01.05.02	Outros	998.092	575.628
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	532.000	202.810
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	92.888	64.647
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	264.037	245.759
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	108.590	62.412
2.01.05.02.11	Derivativos	577	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.768.486	5.036.044
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.650.953	3.801.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.531.599	1.649.787
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	584.974	554.614
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	946.625	1.095.173
2.02.01.02	Debêntures	2.119.354	2.151.666
2.02.01.02.01	Debêntures	2.119.354	2.151.666
2.02.02	Outras Obrigações	913.605	960.687
2.02.02.02	Outros	913.605	960.687
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	814.810	856.082
2.02.02.02.05	Derivativos	0	6.231
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	98.795	98.374
2.02.04	Provisões	203.928	273.904
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	203.928	273.904
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	49.177	125.118

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	82.979	80.522
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	68.925	65.450
2.02.04.01.05	Outros	2.847	2.814
2.03	Patrimônio Líquido	2.065.891	1.910.866
2.03.01	Capital Social Realizado	1.308.373	1.273.423
2.03.02	Reservas de Capital	144.242	179.192
2.03.04	Reservas de Lucros	633.738	1.030.928
2.03.04.01	Reserva Legal	81.435	81.435
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	397.190
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	442.645	442.645
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	553.156	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-573.618	-572.677

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.749.311	7.836.471	2.914.610	7.612.682
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.287.412	-6.403.708	-2.492.036	-6.385.878
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.864.038	-5.242.398	-2.114.248	-5.344.757
3.02.02	Custo de Operação	-199.179	-595.066	-197.080	-583.906
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-224.195	-566.244	-180.708	-457.215
3.03	Resultado Bruto	461.899	1.432.763	422.574	1.226.804
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-179.315	-524.409	-173.760	-465.671
3.04.01	Despesas com Vendas	-79.272	-242.781	-71.918	-202.063
3.04.01.01	Amortização	-305	-896	-299	-883
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-22.867	-71.434	-17.389	-44.509
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-56.100	-170.451	-54.230	-156.671
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-89.501	-256.719	-94.286	-241.933
3.04.02.01	Amortização	-10.719	-24.928	-7.353	-22.299
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-78.782	-231.791	-86.933	-219.634
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.542	-24.909	-7.556	-21.675
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-10.542	-24.909	-7.556	-21.675
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	282.584	908.354	248.814	761.133
3.06	Resultado Financeiro	-7.742	-47.350	-29.005	-63.925
3.06.01	Receitas Financeiras	78.993	219.124	76.794	202.704
3.06.02	Despesas Financeiras	-86.735	-266.474	-105.799	-266.629
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	274.842	861.004	219.809	697.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98.005	-307.848	-79.205	-253.461
3.08.01	Corrente	-38.469	-249.475	-83.488	-202.880
3.08.02	Diferido	-59.536	-58.373	4.283	-50.581
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	176.837	553.156	140.604	443.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	176.837	553.156	140.604	443.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01.01	ON	0,20080	0,62812	0,15965	0,50388

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	176.837	553.156	140.604	443.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	374	-941	14.027	7.384
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	374	-941	14.027	7.384
4.03	Resultado Abrangente do Período	177.211	552.215	154.631	451.131

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	725.765	-238.330
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.352.255	1.120.033
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	861.004	697.208
6.01.01.02	Amortização	197.726	195.957
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	45.027	50.446
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	95.667	63.471
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	58.483	46.747
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	22.914	21.695
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.434	44.509
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-626.490	-1.358.363
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-329.129	-455.810
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-2.885	5.490
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-17.873	-506
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás	25.391	433
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-82.007	-765.406
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-10.908	-11.077
6.01.02.11	Fornecedores	390.084	208.466
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-259.782	-163.409
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-70.434	65.490
6.01.02.14	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-71.514	-46.221
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-176.748	-162.427
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	46.178	-36.617
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-133.450	-55.360
6.01.02.18	Adiantamento Eletrobrás	15.685	1.338
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	50.902	57.253
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-535.601	-409.580
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-133	3.799
6.02.03	Adições de Intangível	-535.468	-413.379
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	683.184	679.908
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	2.455.184	2.368.221
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-1.749.535	-1.790.530
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	45.535	288.522
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-68.000	-5.000
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	0	-181.305
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	873.348	31.998
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	197.579	713.796
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.070.927	745.794

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.273.423	179.192	1.030.928	0	-572.677	1.910.866
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.950	-34.950	-397.190	0	0	-397.190
5.04.01	Aumentos de Capital	34.950	-34.950	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-397.190	0	0	-397.190
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	553.156	-941	552.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	553.156	0	553.156
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-941	-941
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-941	-941
5.07	Saldos Finais	1.308.373	144.242	633.738	553.156	-573.618	2.065.891

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	923.423	179.192	681.236	0	-413.448	1.370.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	350.000	0	-118.321	0	0	231.679
5.04.01	Aumentos de Capital	350.000	0	0	0	0	350.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.201	0	0	-23.201
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-95.120	0	0	-95.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	416.503	16.174	432.677
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	443.747	0	443.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-27.244	16.174	-11.070
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	-8.790	16.174	7.384
5.05.02.07	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-18.454	0	-18.454
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-404.298	404.298	0	0
5.06.07	Extinção da reserva estatutária no período - AGE de 27/04/2018	0	0	-404.298	404.298	0	0
5.07	Saldos Finais	1.273.423	179.192	158.617	820.801	-397.274	2.034.759

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	12.372.546	12.006.942
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.879.432	11.595.756
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	564.548	455.695
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-71.434	-44.509
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.848.391	-6.871.143
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.788.687	-5.929.778
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-861.921	-762.453
7.02.04	Outros	-197.783	-178.912
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.524.155	5.135.799
7.04	Retenções	-198.326	-196.438
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-198.326	-196.438
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.325.829	4.939.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	230.905	215.589
7.06.02	Receitas Financeiras	230.905	215.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.556.734	5.154.950
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.556.734	5.154.950
7.08.01	Pessoal	363.831	334.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	172.606	169.343
7.08.01.02	Benefícios	176.711	150.827
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.514	14.209
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.365.205	4.104.204
7.08.02.01	Federais	2.449.339	2.363.235
7.08.02.02	Estaduais	1.910.114	1.736.327
7.08.02.03	Municipais	5.752	4.642
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	274.542	272.620
7.08.03.01	Juros	272.602	270.650
7.08.03.02	Aluguéis	1.940	1.970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	553.156	443.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	553.156	443.747

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2019	2018	%	2019	2018	%
Receita operacional	4.349.461	4.574.682	-4,9%	12.443.979	12.051.451	3,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.201.041	3.107.053	3,0%	9.567.425	8.705.576	9,9%
Suprimento de energia elétrica	212.066	165.496	28,1%	522.190	306.022	70,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	223.630	180.138	24,1%	564.547	455.696	23,9%
Outras receitas operacionais	547.629	553.684	-1,1%	1.707.810	1.654.555	3,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	165.094	568.311	-71,0%	82.006	929.602	-91,2%
Deduções da receita operacional	(1.600.149)	(1.660.072)	-3,6%	(4.607.508)	(4.438.769)	3,8%
Receita operacional líquida	2.749.311	2.914.610	-5,7%	7.836.471	7.612.682	2,9%
Custo com energia elétrica	(1.864.038)	(2.114.248)	-11,8%	(5.242.398)	(5.344.757)	-1,9%
Energia comprada para revenda	(1.601.411)	(1.962.880)	-18,4%	(4.483.307)	(4.629.815)	-3,2%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(262.626)	(151.368)	73,5%	(759.091)	(714.942)	6,2%
Custo e Despesa operacional	(602.689)	(551.549)	9,3%	(1.685.718)	(1.506.793)	11,9%
Pessoal	(103.012)	(102.539)	0,5%	(309.846)	(301.102)	2,9%
Entidade de previdência privada	(19.494)	(15.583)	25,1%	(58.483)	(46.748)	25,1%
Material	(19.923)	(19.910)	0,1%	(59.036)	(57.907)	1,9%
Serviço de terceiros	(97.177)	(95.734)	1,5%	(294.791)	(290.254)	1,6%
Amortização	(69.128)	(61.780)	11,9%	(197.726)	(195.957)	0,9%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(223.630)	(180.138)	24,1%	(564.547)	(455.696)	23,9%
Outros	(70.324)	(75.866)	-7,3%	(201.289)	(159.129)	26,5%
Resultado do serviço	282.584	248.814	13,6%	908.354	761.133	19,3%
Resultado financeiro	(7.742)	(29.004)	-73,3%	(47.350)	(63.925)	-25,9%
Receitas financeiras	78.992	76.795	2,9%	219.124	202.704	8,1%
Despesas financeiras	(86.735)	(105.799)	-18,0%	(266.474)	(266.629)	-0,1%
Resultado antes dos tributos	274.842	219.809	25,0%	861.004	697.208	23,5%
Contribuição social	(26.116)	(21.371)	22,2%	(82.641)	(67.920)	21,7%
Imposto de renda	(71.889)	(57.835)	24,3%	(225.206)	(185.542)	21,4%
Resultado líquido do período	176.837	140.604	25,8%	553.156	443.747	24,7%
EBITDA	351.712	310.594	13,2%	1.106.080	957.090	15,6%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2019 foi de R\$ 4.349.461, apresentando redução de 4,9% (R\$ 225.221) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 4.125.831, apresentando redução de 6,1% (R\$ 268.713) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 3,0% (R\$ 93.988), principalmente pelo aumento: (i) na tarifa média em 1,7% (R\$ 51.683), decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2019 de 8,66% (percepção do consumidor) e (ii) aumento de 1,3% (R\$ 42.305) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 28,1% (R\$ 46.570), principalmente por: (i) aumento na receita de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE), (R\$ 37.384), basicamente pelo aumento no volume de energia comercializado e (ii) aumento no volume de energia elétrica disponibilizada para outras Concessionárias e Permissionárias (R\$ 9.101).
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 1,1% (R\$ 6.055) basicamente pelas reduções em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 34.790); (ii) subvenções baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 25.552) e (iii) ressarcimento, em 2018, decorrente de acordos bilaterais (R\$ 5.074), compensados parcialmente pelos aumentos em: (iv) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 54.287) em função principalmente do reajuste

Comentário do Desempenho

tarifário de abril de 2019 e pelo aumento no volume de energia transportada em 1,8%, bem como pela migração de clientes para o ambiente de contratação livre e (v) arrendamentos e alugueres (R\$ 5.171).

- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** redução na receita de 71,0% (R\$ 403.217), basicamente por: (i) diferimento de custo de energia, sobrecontratação, CDE e outros itens tarifários (R\$ 285.096) e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 118.121).

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou queda de 1,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial que representa 45,7% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 1,2% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de ter sido impactado por um calendário de leitura de consumo com menos dias, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, o consumo dessa classe apresentou resultado positivo influenciado pelo crescimento vegetativo de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 19,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 0,5% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete efeitos de um calendário de leitura de consumo com menos dias, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e a movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 12,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 6,2% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 22,7% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram uma queda de 4,9% no 3º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, motivada principalmente pela redução no consumo rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 0,7% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento nas classes residencial e comercial de 1,2% e 1,3%, respectivamente. Já a classe industrial e demais classes registram queda de 2,2 e 2,9%, respectivamente.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2019 foram de R\$ 1.600.149 apresentando redução de 3,6% (R\$ 59.923) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelas reduções em: (i) CDE (R\$ 28.767); (ii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 19.639); (iii) PIS e COFINS (R\$ 21.949) em virtude da redução na base de cálculo e (iv) Programas de P&D e Eficiência Energética (R\$ 1.684), compensados pelos aumentos em: (v) ICMS (R\$ 8.580) em decorrência do aumento no fornecimento faturado e (vi) PROINFA (R\$ 3.094).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2019 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.864.038 apresentando redução de 11,8% (R\$ 250.021) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Energia comprada para revenda: redução de 18,4% (R\$ 361.469) em função: (i) redução de 27,8% no preço médio (R\$ 545.111), justificado principalmente pela redução do ("PLD"), compensada parcialmente pelo: (ii) aumento de 13,0% (R\$ 183.642) no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 73,5% (R\$ 111.258), impactado principalmente pelo aumento em: (i) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER) (líquido do repasse da CONER) (R\$ 93.385); (ii) Encargo de Transporte de Itaipu (R\$ 2.594) e (iii) Encargo da Rede Básica (R\$ 29.169), compensados parcialmente pela redução

Comentário do Desempenho

em: (iv) Encargos de uso do Sistema de Distribuição (R\$ 2.798). Os Encargos de uso do sistema de distribuição ainda foram impactados pelo aumento nos créditos de PIS/COFINS (R\$ 11.340)

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 602.689 no 3º trimestre de 2019, apresentando aumento de 9,3% (R\$ 51.140) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 379.059, apresentando aumento de 2,1% (R\$ 7.648).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 309.930 neste trimestre, aumento de 0,1% (R\$ 298) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 0,5% (R\$ 473), principalmente pelos efeitos do reajuste salarial (acordo coletivo) ocorrido em junho/2019 de 4,66%, bem como pelos aumentos em: (i) benefícios (R\$ 1.543); (ii) PLR (R\$ 1.026) e (iii) despesas Inter-empresas (R\$ 818), compensados parcialmente por: (iv) aumento na capitalização de mão-de-obra (R\$ 3.184).
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 25,1% (R\$ 3.911), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 1,5% (R\$ 1.443), principalmente pelos aumentos em: (i) serviços de poda de árvores, limpeza e conservação e limpeza de faixa de servidão (R\$ 3.106); (ii) manutenção de hardware e software (R\$ 1.806); (iii) manutenção de linhas, redes e conservação de edificações (R\$ 1.447), compensados pela redução em: (iv) serviços terceirizados (R\$ 5.183).
- iv. **Outros:** redução de 7,3% (R\$ 5.542), principalmente por: (i) redução nas despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 15.223), compensado parcialmente pelos aumentos em: (ii) provisão para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 5.478); (iii) taxa de arrecadação (R\$ 1.720) e (iv) perdas com alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 2.784);

Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 11,9% (R\$ 7.348), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 7.742, redução de 73,3% (R\$ 21.262) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 2,9% (R\$ 2.197), principalmente pelos aumentos em: (i) acréscimos e multas moratórias (R\$ 5.604) e (ii) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 3.319), compensados parcialmente pelas reduções em: (iii) atualização de ativo/passivo financeiro setoriais (R\$ 1.526); (iv) atualização monetária de faturas e parcelamentos de débitos (R\$ 1.316); (v) rendas de aplicações financeiras (R\$ 2.845) e (vi) atualização de créditos fiscais (R\$ 1.297).

Comentário do Desempenho

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 18,0% (R\$ 19.064), principalmente pelas reduções em: (i) ajuste de MTM (R\$ 15.103); (ii) encargos de dívidas, atualização monetária e cambial da dívida e derivativos (R\$ 5.823); (iii) atualizações financeiras com partes relacionadas (R\$ 4.026); (iv) atualização monetária de processos contingenciados (R\$ 3.155), compensados parcialmente pelos aumentos em: (v) negociações de parcelamentos de débitos (R\$ 7.554) e (vi) atualização financeira nas operações de liquidação na CCEE (R\$ 1.395).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 3º trimestre de 2019, foram de R\$ 98.005, apresentando aumento de 23,7% (R\$ 18.799) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 3º trimestre de 2019, um lucro líquido de R\$ 176.837, com aumento de 25,8% (R\$ 36.233), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2019, foi de R\$ 351.712, apresentando aumento de 13,2% (R\$ 41.118) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.070.927	197.579
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.002.955	1.738.965
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.821	1.338
Outros tributos a compensar	7	56.324	58.705
Derivativos	30	83.126	65.435
Ativo financeiro setorial	8	693.437	665.868
Estoques		9.535	8.798
Outros ativos	11	178.367	227.333
Total do circulante		4.096.494	2.964.022
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	43.294	49.326
Depósitos judiciais	20	509.006	474.095
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	64.248	61.777
Outros tributos a compensar	7	61.032	58.240
Ativo financeiro setorial	8	211.151	122.121
Derivativos	30	117.208	80.955
Créditos fiscais diferidos	9	193.045	250.933
Ativo financeiro da concessão	10	3.371.971	3.026.780
Outros ativos	11	10.608	11.056
Ativo contratual	13	468.053	430.279
Intangível	12	1.850.982	1.823.907
Total do não circulante		6.900.599	6.389.470
Total do ativo		10.997.093	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	1.416.696	1.026.612
Empréstimos e financiamentos	15	1.430.250	372.081
Debêntures	16	29.368	82.310
Entidade de previdência privada	17	92.888	64.647
Taxas regulamentares	18	108.590	62.412
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	494	10.167
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	229.340	299.927
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	532.000	202.810
Obrigações estimadas com pessoal		58.476	39.857
Derivativos	30	577	-
Outras contas a pagar	21	264.037	245.759
Total do circulante		4.162.716	2.406.582
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.531.599	1.649.787
Debêntures	16	2.119.354	2.151.666
Entidade de previdência privada	17	814.810	856.082
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	203.928	273.904
Derivativos	30	-	6.231
Outras contas a pagar	21	98.795	98.374
Total do não circulante		4.768.486	5.036.044
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.308.373	1.273.423
Reserva de capital		144.242	179.192
Reserva legal		81.435	81.435
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		442.645	442.645
Dividendo		-	397.190
Resultado abrangente acumulado		(573.618)	(572.677)
Lucros acumulados		553.156	-
Total do patrimônio líquido		2.065.891	1.910.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.997.093	9.353.492

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019		2018	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre ⁽¹⁾	9 meses ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	24	2.749.311	7.836.471	2.914.610	7.612.682
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(1.864.038)	(5.242.398)	(2.114.248)	(5.344.757)
Custo com operação	26	(199.179)	(595.066)	(197.080)	(583.906)
Amortização		(58.104)	(171.902)	(54.129)	(172.775)
Outros custos com operação		(141.075)	(423.164)	(142.951)	(411.131)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(224.195)	(566.243)	(180.708)	(457.215)
Lucro operacional bruto		461.899	1.432.764	422.574	1.226.804
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(79.272)	(242.780)	(71.918)	(202.063)
Amortização		(305)	(896)	(299)	(883)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.867)	(71.434)	(17.389)	(44.509)
Outras despesas com vendas		(56.100)	(170.450)	(54.230)	(156.671)
Despesas gerais e administrativas		(89.501)	(256.719)	(94.286)	(241.933)
Amortização		(10.719)	(24.928)	(7.353)	(22.299)
Outras despesas gerais e administrativas		(78.782)	(231.791)	(86.933)	(219.634)
Outras despesas operacionais		(10.542)	(24.909)	(7.556)	(21.675)
Outras despesas operacionais		(10.542)	(24.909)	(7.556)	(21.675)
Resultado do serviço		282.584	908.354	248.814	761.133
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		78.992	219.124	76.795	202.704
Despesas financeiras		(86.735)	(266.474)	(105.799)	(266.629)
		(7.742)	(47.350)	(29.004)	(63.925)
Lucro antes dos tributos		274.842	861.004	219.809	697.208
Contribuição social	9	(26.116)	(82.641)	(21.371)	(67.920)
Imposto de renda	9	(71.889)	(225.206)	(57.835)	(185.542)
		(98.005)	(307.848)	(79.205)	(253.462)
Lucro líquido do período		176.837	553.156	140.604	443.747
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	0,20	0,63	0,16	0,50

⁽¹⁾ Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	176.837	553.156	140.604	443.747
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	374	(941)	14.027	7.384
Resultado abrangente do período	177.211	552.215	154.631	451.131

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2019.

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.273.423	179.192	81.435	109.658	442.645	397.190	(572.677)	-	1.910.866
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	553.156	553.156
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(941)	-	(941)
Transações de capital com os acionistas									
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(397.190)	-	-	(397.190)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.308.373	144.242	81.435	109.658	442.645	-	(573.618)	553.156	2.065.891

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	923.423	179.192	48.959	109.658	404.298	118.321	(413.448)	-	1.370.403
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	443.747	443.747
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	16.174	(8.790)	7.384
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(18.453)	(18.453)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Extinção da reserva estatutária no período - AGE de 27/04/2018 (nota 21.3)	-	-	-	-	(404.298)	-	-	404.298	-
Transações de capital com os acionistas									
Aumento de Capital	350.000	-	-	-	-	-	-	-	350.000
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(118.321)	-	-	(118.321)
Saldos em 30 de Setembro de 2018	1.273.423	179.192	48.959	109.658	-	-	(397.274)	820.801	2.034.759

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Lucro antes dos tributos	861.004	697.208
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	197.726	195.957
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	45.027	50.446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.434	44.509
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	95.667	63.471
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	58.483	46.747
Perda (ganho) na baixa de não circulante	22.914	21.695
	1.352.255	1.120.033
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(329.129)	(455.810)
Tributos a compensar	(2.885)	5.490
Depósitos judiciais	(17.873)	(506)
Ativo financeiro setorial	(82.007)	(765.406)
Contas a receber - CDE	25.391	433
Outros ativos operacionais	(10.909)	(11.077)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	390.084	208.466
Outros tributos e contribuições sociais	(70.434)	65.490
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(71.514)	(46.221)
Taxas regulamentares	46.178	(36.617)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(133.450)	(55.360)
Contas a pagar - CDE	15.685	1.338
Outros passivos operacionais	50.902	57.253
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.162.295	87.506
Encargos de dívida e debêntures pagos	(176.749)	(162.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(259.782)	(163.409)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	725.765	(238.330)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(756)	(2.077)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	623	5.876
Adições de ativo contratual	(535.468)	(413.379)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(535.601)	(409.580)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	2.455.184	2.368.221
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.749.535)	(1.790.530)
Liquidação de operações com derivativos	45.535	288.522
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(68.000)	(5.000)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	52
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(181.357)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	683.184	679.908
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	873.348	31.999
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	197.579	713.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.070.927	745.795

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018**
(Em milhares de Reais)

	<u>9 meses 2019</u>	<u>9 meses 2018</u>
1 - Receita	12.372.546	12.006.942
1.1 Receita de venda de energia e serviços	11.879.432	11.595.756
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	564.547	455.696
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.434)	(44.509)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(6.848.391)	(6.871.143)
2.1 Custo com energia elétrica	(5.788.687)	(5.929.778)
2.2 Material	(397.874)	(336.466)
2.3 Serviços de terceiros	(464.047)	(425.986)
2.4 Outros	(197.783)	(178.913)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	5.524.154	5.135.799
4 - Retenções	(198.326)	(196.438)
4.1 Amortização	(198.326)	(196.438)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	5.325.829	4.939.361
6 - Valor adicionado recebido em transferência	230.905	215.589
6.1 Receitas financeiras	230.905	215.589
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.556.734	5.154.950
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	363.832	334.380
8.1.1 Remuneração direta	172.606	169.343
8.1.2 Benefícios	176.711	150.827
8.1.3 F.G.T.S	14.514	14.209
8.2 Impostos, taxas e contribuições	4.365.204	4.104.204
8.2.1 Federais	2.449.339	2.363.235
8.2.2 Estaduais	1.910.114	1.736.327
8.2.3 Municipais	5.752	4.642
8.3 Remuneração de capital de terceiros	274.541	272.620
8.3.1 Juros	272.602	270.650
8.3.2 Aluguéis	1.940	1.970
8.4 Remuneração de capital próprio	553.156	443.747
8.4.1 Lucros retidos	553.156	141.046
	5.556.734	5.154.950

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,6 milhões de consumidores.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 66.222. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros que suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pelo CPC 06 (R2) Operações com arrendamento mercantil e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 4 de novembro de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está reapresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	3º Trimestre 2018			9 meses 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	2.914.610	-	2.914.610	7.612.682	-	7.612.682
Custo do serviço						
Custo com energia elétrica	(2.114.248)	-	(2.114.248)	(5.344.757)	-	(5.344.757)
Custo com operação	(197.080)	-	(197.080)	(583.906)	-	(583.906)
Amortização	-	(54.129)	(54.129)	-	(172.775)	(172.775)
Outros custos com operação	-	(142.951)	(142.951)	-	(411.131)	(411.131)
Custo com serviço prestado a terceiros	(180.708)	-	(180.708)	(457.215)	-	(457.215)
Lucro operacional bruto	422.574	-	422.574	1.226.804	-	1.226.804
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(71.918)	-	(71.918)	(202.063)	-	(202.063)
Amortização	-	(299)	(299)	-	(883)	(883)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(17.389)	(17.389)	-	(44.509)	(44.509)
Outras despesas com vendas	-	(54.230)	(54.230)	-	(156.671)	(156.671)
Despesas gerais e administrativas	(94.286)	-	(94.286)	(241.933)	-	(241.933)
Amortização	-	(7.353)	(7.353)	-	(22.299)	(22.299)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(86.933)	(86.933)	-	(219.634)	(219.634)
Outras despesas operacionais	(7.556)	-	(7.556)	(21.675)	-	(21.675)
Outras despesas operacionais	-	(7.556)	(7.556)	-	(21.675)	(21.675)
Resultado do serviço	248.814	-	248.814	761.133	-	761.133
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	76.795	-	76.795	202.704	-	202.704
Despesas financeiras	(105.799)	-	(105.799)	(266.629)	-	(266.629)
	(29.004)	-	(29.004)	(63.925)	-	(63.925)
Lucro antes dos tributos	219.809	-	219.809	697.208	-	697.208
Contribuição social	(21.371)	-	(21.371)	(67.920)	-	(67.920)
Imposto de renda	(57.835)	-	(57.835)	(185.542)	-	(185.542)
	(79.205)	-	(79.205)	(253.462)	-	(253.462)
Lucro líquido do período	140.604	-	140.604	443.747	-	443.747

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06(R2) e o ICPC 22 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. O CPC 06(R2) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos, a partir das perspectivas de arrendador e arrendatário. Através das mudanças advindas do CPC 06(R2), esse pronunciamento eliminou a classificação como tanto arrendamento operacional, quanto financeiro, estabelecendo um único modelo de contabilização para arrendatário, em que todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06(R2), os pagamentos de arrendamentos operacionais não são debitados ao resultado operacional pelo regime de competência. Em vez disso, a depreciação do direito de uso de um ativo arrendado, bem como as despesas financeiras e os ganhos ou perdas cambiais sobre o passivo de arrendamento, afetam o resultado. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os

Notas Explicativas

requisitos do CPC 06(R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia aplicou a isenção de arrendamento de curto prazo e reconhece os pagamentos associados a tais arrendamentos como despesas ao longo dos prazos contratuais.

De acordo com as disposições de transição estabelecidas no CPC 06(R2), a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial reconhecida em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação da informação do período anterior, sendo escolhidos os seguintes expedientes práticos: arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial da CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	30.296	158.142
Aplicações financeiras	1.040.631	39.437
Títulos de crédito privado (a)	1.040.631	39.437
Total	<u>1.070.927</u>	<u>197.579</u>

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 958.334 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2018) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 82.297 (R\$ 39.207 em 31 de dezembro de 2018), realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,04% do CDI.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	391.637	251.127	41.036	683.800	666.844
Industrial	98.682	29.745	38.198	166.626	161.419
Comercial	139.066	33.773	10.297	183.136	185.432
Rural	42.602	7.490	2.015	52.108	38.018
Poder público	39.415	6.321	551	46.287	45.462
Iluminação pública	37.606	4.287	1.530	43.424	38.161
Serviço público	67.543	8.798	2.277	78.618	66.002
Faturado	816.551	341.541	95.904	1.253.999	1.201.338
Não faturado	640.256	-	-	640.256	508.651
Parcelamento de débito de consumidores	90.391	19.404	17.416	127.211	114.136
Operações realizadas na CCEE	135.012	-	-	135.012	42.486
Concessionárias e permissionárias	2.864	-	-	2.864	4.426
Outros	12	-	-	12	226
	<u>1.685.086</u>	<u>360.945</u>	<u>113.320</u>	<u>2.159.354</u>	<u>1.871.263</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(156.398)	(132.297)
Total				<u>2.002.955</u>	<u>1.738.965</u>
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	38.290	-	-	38.290	44.323
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	<u>43.294</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.294</u>	<u>49.326</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(132.297)	(7.988)	(140.285)
Provisão revertida (constituída) líquida	(148.660)	(263)	(148.923)
Recuperação de receita	77.489	-	77.489
Baixa de contas a receber provisionadas	47.071	-	47.071
Saldo em 30/09/2019	<u>(156.398)</u>	<u>(8.251)</u>	<u>(164.649)</u>

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	30/09/2019	31/12/2018
Circulante		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	481	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.340	1.338
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.821	1.338
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.782	9.691
ICMS a compensar	47.504	44.052
Programa de integração social - PIS	871	869
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.018	4.012
Outros	149	81
Outros tributos a compensar	56.324	58.705
Total circulante	58.145	60.043
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	64.248	61.777
Imposto de renda e contribuição social a compensar	64.248	61.777
ICMS a compensar	61.032	58.240
Outros tributos a compensar	61.032	58.240
Total não circulante	125.280	120.017

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/09/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	770.013	113.266	883.280	462.026	(354.791)	38.180	677.171	351.522	1.028.694
CVA (*)									
CDE (**)	83.225	(32.145)	51.080	154.663	(20.585)	6.095	132.516	58.736	191.252
Custos energia elétrica	309.246	248.867	558.113	99.821	(293.233)	18.391	269.966	113.126	383.092
ESS e EER (***)	(308.610)	(155.720)	(464.330)	(162.164)	291.646	(17.893)	(159.780)	(192.961)	(352.741)
Proinfra	244	819	1.063	11.662	(5.959)	460	870	6.356	7.226
Rede básica	33.913	(10.642)	23.271	50.500	(5.402)	996	51.943	17.422	69.365
Repasse de Itaipu	560.709	130.191	690.900	292.384	(371.150)	29.865	314.105	327.894	641.999
Transporte de Itaipu	16.175	(521)	15.654	12.351	(7.636)	769	10.986	10.152	21.138
Neutralidade dos encargos setoriais	(26.773)	389	(26.384)	(1.491)	35.369	(1.490)	44.403	(38.400)	6.004
Sobrecontratação	101.884	(67.972)	33.913	4.300	22.158	987	12.162	49.197	61.359
Outros componentes financeiros	(76.409)	(18.881)	(95.290)	(29.602)	4.374	(3.587)	(139.685)	15.579	(124.106)
Total	693.604	94.385	787.989	432.424	(350.417)	34.592	537.486	367.101	904.588
Ativo circulante			665.868						693.437
Ativo não circulante			122.121						211.151

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.777	41.246
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	13.323	25.177
Subtotal	51.100	66.423
Crédito de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	104.935	114.572
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	37.010	69.938
Subtotal	141.945	184.510
Total	193.045	250.933

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>30/09/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.335	42.597	21.995	61.099
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.818	41.162	12.626	35.071
Provisão energia livre	7.131	19.808	6.859	19.054
Programas de P&D e eficiência energética	17.505	48.626	15.005	41.679
Provisão relacionada a pessoal	1.373	3.814	1.878	5.216
Derivativos	(15.068)	(41.856)	(13.541)	(37.613)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(2.085)	(5.792)	(2.277)	(6.324)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(75.307)	(209.185)	(68.267)	(189.631)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.910)	(8.083)	926	2.573
Marcação a Mercado - Dívidas	1.548	4.300	(2.254)	(6.262)
Outros	(379)	(1.053)	865	2.403
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	29.750	82.639	29.750	82.639
Total	13.323	37.010	25.177	69.938

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018:

	CSLL			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	274.842	861.004	219.809	697.208
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	357	1.100	398	1.243
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.302)	(2.059)	(527)	(1.263)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	15.572	54.129	17.145	53.872
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	707	4.063	625	3.608
Base de cálculo	290.176	918.237	237.450	754.668
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(26.116)	(82.641)	(21.371)	(67.920)
Corrente	(10.356)	(67.190)	(22.504)	(54.595)
Diferido	(15.760)	(15.451)	1.133	(13.325)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	274.842	861.004	219.809	697.208
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.302)	(2.059)	(527)	(1.263)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	15.572	54.129	17.145	53.872
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(1.557)	(12.249)	(5.089)	(7.651)
Base de cálculo	287.555	900.825	231.338	742.166
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(71.889)	(225.206)	(57.835)	(185.542)
Corrente	(28.112)	(182.285)	(60.984)	(148.286)
Diferido	(43.777)	(42.921)	3.149	(37.256)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	3.026.780
Transferência - ativo contratual	272.308
Transferência - Intangível em serviço	147
Ajuste ao valor justo	83.378
Baixas	(10.642)
Saldo em 30/09/2019	3.371.971

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	5.169	2.748	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	759	766	-
Ordens em curso	26.535	50.544	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.767	6.110	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Despesas antecipadas	29.838	29.135	2.177	3.450
Contas a receber - CDE (*)	66.576	91.967	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.363	5.982	-	-
Outros	38.369	48.076	1.341	1.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(8.251)	(7.988)	-	-
Total	178.367	227.333	10.608	11.056

(*) **Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 5.653 (R\$ 5.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 60.915 (R\$ 86.533 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2018).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	1.822.144	1.763	1.823.907
Custo histórico	5.563.907	8.061	5.571.968
Amortização acumulada	(3.741.762)	(6.298)	(3.748.060)
Amortização	(198.067)	(258)	(198.325)
Transferência - ativo contratual	233.148	-	233.148
Transferência - ativo financeiro	(147)	-	(147)
Baixa e transferência - outros ativos	(7.600)	-	(7.600)
Saldo em 30/09/2019	1.849.477	1.505	1.850.982
Custo histórico	5.722.152	8.061	5.730.213
Amortização acumulada	(3.872.675)	(6.556)	(3.879.231)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2018	430.279
Adições	543.229
Transferência - intangível em serviço	(233.148)
Transferência - ativo financeiro	(272.308)
Saldo em 30/09/2019	468.053

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Notas Explicativas**(14) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	-	26.427
Suprimento de energia elétrica	945.979	654.111
Encargos de uso da rede elétrica	103.642	83.546
Materiais e serviços	250.547	151.191
Energia livre	116.528	111.337
Total	<u>1.416.696</u>	<u>1.026.612</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	163.238	-	(37.485)	3.637	-	(3.689)	125.702
Pós Fixado							
TJLP	92.622	-	(47.742)	4.483	-	(4.387)	44.976
TLP (IPCA)	405.059	100.000	-	26.952	-	(15.231)	516.780
Selic	26.597	-	(6.276)	1.572	-	(470)	21.423
CDI	-	351.000	-	16.763	-	-	367.763
Outros	1.895	-	(385)	76	-	(86)	1.501
Total ao custo	<u>689.412</u>	<u>451.000</u>	<u>(91.888)</u>	<u>53.483</u>	<u>-</u>	<u>(23.863)</u>	<u>1.078.146</u>
Gastos com captação (*)	<u>(12.487)</u>	<u>(2.228)</u>	<u>-</u>	<u>1.841</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.874)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.183.614	627.814	(198.897)	29.023	75.711	(29.009)	1.688.256
Euro	186.378	-	-	1.124	4.745	(1.124)	191.123
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	42.247	-	-	17.199
Total ao valor justo	<u>1.344.944</u>	<u>627.814</u>	<u>(198.897)</u>	<u>72.394</u>	<u>80.456</u>	<u>(30.133)</u>	<u>1.896.578</u>
Total	<u>2.021.868</u>	<u>1.076.586</u>	<u>(290.785)</u>	<u>127.718</u>	<u>80.456</u>	<u>(53.996)</u>	<u>2.961.849</u>
Circulante	372.081						1.430.250
Não circulante	1.649.787						1.531.599

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a)	123.590	154.788	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%		2.112	8.450	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
			<u>125.702</u>	<u>163.238</u>		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%	(b)	44.976	92.622	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>44.976</u>	<u>92.622</u>		
TLP (IPCA)						
FINEM	IPCA + 4,74%	(b)	516.780	405.059	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			<u>516.780</u>	<u>405.059</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(c)	21.423	26.597	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<u>21.423</u>	<u>26.597</u>		
CDI						
Nota Promissória	103,4% CDI	(c)	367.763	-	2019	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR (6% a 6,5%)		1.501	1.895	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
			<u>1.501</u>	<u>1.895</u>		
Total moeda nacional			<u>1.078.146</u>	<u>689.412</u>		
Gastos com captação (*)			<u>(12.874)</u>	<u>(12.487)</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,8% e 1,55%		431.186	599.290	2017 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,56%		1.257.070	584.324	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>1.688.256</u>	<u>1.183.614</u>		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,79%		191.123	186.378	2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>191.123</u>	<u>186.378</u>		
Marcação a mercado			<u>17.199</u>	<u>(25.048)</u>		
Total moeda estrangeira			<u>1.896.578</u>	<u>1.344.944</u>		
Total			<u>2.961.849</u>	<u>2.021.868</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de setembro de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.896.578 (R\$ 1.344.944 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 17.199 (ganhos de R\$ 25.048 em 31 de dezembro de 2018), compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 32.334 (perdas de R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da

Notas Explicativas

variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 15.135 (R\$ 14.756 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2020	86.656
2021	180.366
2022	608.765
2023	385.446
2024	70.046
2025 a 2027	179.379
Subtotal	1.510.657
Marcação a mercado	20.942
Total	1.531.599

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional								
TLP (IPCA)								
FINEM	953.392	100.000	98.123	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%
CDI								
Nota Promissória	351.000	351.000	350.649	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira								
Dólar								
Lei 4131	309.814	309.814	309.814	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 2,17%	USD + 2,17%
Lei 4131	318.000	318.000	318.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>1.932.206</u>	<u>1.078.814</u>	<u>1.076.586</u>					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado (operações descontinuadas, mudanças no valor recuperável, margens na construção de ativo entre outros efeitos não recorrentes, caso ocorra) menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

Notas Explicativas

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2019
Pós fixado						
CDI	1.505.564	1.380.000	(1.458.750)	69.865	(88.672)	1.408.007
IPCA	742.361	-	-	45.439	(34.081)	753.719
Total ao custo	2.247.926	1.380.000	(1.458.750)	115.304	(122.753)	2.161.726
Gastos com emissão (*)	(13.950)	(1.402)	-	2.349	-	(13.003)
Total	2.233.976	1.378.598	(1.458.750)	117.653	(122.753)	2.148.722
Circulante	82.310					29.368
Não circulante	2.151.666					2.119.354

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
CDI	CDI + 107%	(a)	1.408.007	1.505.564	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	753.719	742.361	2022 a 2027	Fiança da CPFL Energia
	Total		2.161.726	2.247.926		
	Gastos com emissão (*)		(13.003)	(13.950)		
	Total		2.148.722	2.233.976		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2022	224.108
2023	879.412
2024	879.576
2025 a 2027	136.258
Total	2.119.354

Adições no período:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	10ª emissão	1.380.000	1.380.000	1.378.595	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de Mai/2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da controlada

Pré-pagamento:

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.432.500 de debêntures cujos vencimentos originais eram de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2019 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

17.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.805
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	58.483
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(70.347)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2019	895.941
Outras contribuições	11.757
Total passivo	907.698
Circulante	92.888
Não circulante	814.810

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses 2019	9 meses 2018
Custo do serviço	694	627
Juros sobre obrigações atuariais	336.879	315.813
Rendimento esperado dos ativos do plano	(279.090)	(269.691)
Total da despesa (receita)	58.483	46.748

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.027	884
Bandeiras tarifárias e outros	107.563	61.529
Total	108.590	62.412

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4).

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	8.210
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	494	1.957
Imposto de renda e contribuição social a recolher	494	10.167
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	147.868	225.908
Programa de integração social - PIS	12.210	10.678
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	56.545	49.272
Outros	12.717	14.069
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	229.340	299.927
Total	229.834	310.094

Notas Explicativas**(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	82.979	25.341	80.522	26.916
Cíveis	68.925	35.907	65.450	36.928
Fiscais				
FINSOCIAL	45.601	101.515	39.727	99.146
Imposto de renda	-	269.025	-	237.513
Outras	3.575	77.218	85.391	73.592
	49.177	447.758	125.118	410.251
Outros	2.847	-	2.814	-
Total	203.928	509.006	273.904	474.095

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2019
Trabalhistas	80.522	12.574	(8.035)	(9.687)	7.605	82.979
Cíveis	65.450	31.539	(4.976)	(29.565)	6.477	68.925
Fiscais	125.118	10.065	(1.207)	(93.557)	8.756	49.177
Outros	2.814	696	(152)	(640)	130	2.847
Total	273.904	54.875	(14.370)	(133.449)	22.969	203.928

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Em setembro de 2019, com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 92.883.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	30/09/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	168.045	175.800	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	528.202	456.393	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	2.050.294	1.711.608	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	16.604	14.876	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.763.144	2.358.677	

Notas Explicativas

Fiscais – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“FUNCESP”) no montante estimado de R\$ 1.226.226, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.079 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 245.994 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia. A decisão ainda não foi publicada em seu integral teor, podendo a Companhia quando tiver acesso ao acórdão avaliar os recursos pertinentes ainda no âmbito do STJ. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Em Relação às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco de perda permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	37.587	36.651	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.406	67.959	43.481	70.067
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	24.013	40.229	51.734	24.038
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	21.667	16.757	-	-
Adiantamentos	5.894	5.068	423	309
Descontos tarifários - CDE	17.702	2.017	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	149	136	-	-
Folha de pagamento	3.923	5.144	-	-
Participação nos lucros	16.776	22.503	1.499	3.824
Convênios de arrecadação	38.684	40.188	-	-
Outros	8.236	9.107	1.659	136
Total	264.037	245.759	98.795	98.374

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

Notas Explicativas

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

22.1 - Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 34.950, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 24.597, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,027930064; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 397.190 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,451017274 e (iii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 129.663, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,147235563 (R\$ 0,125150228 líquido dos efeitos tributários) declarado em novembro de 2018.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 68.000 referente a dividendos.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	176.837	553.156	140.604	443.747
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,20	0,63	0,16	0,50

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.582.471	4.930.766	1.527.948	4.351.865
Industrial	363.964	1.059.577	392.118	1.087.398
Comercial	640.371	2.010.492	635.499	1.859.655
Rural	139.312	359.274	149.882	341.293
Poderes públicos	100.412	314.090	101.893	297.077
Iluminação pública	110.054	300.990	109.262	274.916
Serviço público	169.540	477.156	175.761	460.700
Fornecimento faturado	3.106.123	9.452.346	3.092.363	8.672.905
Fornecimento não faturado (líquido)	94.918	115.080	14.690	32.671
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.310.325)	(3.968.634)	(1.119.382)	(3.212.992)
Fornecimento de energia elétrica	1.890.716	5.598.791	1.987.671	5.492.584
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	14.694	184.067	5.508	15.154
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.978)	(6.376)	(1.590)	(5.083)
Energia elétrica de curto prazo	197.372	338.123	159.988	290.868
Suprimento de energia elétrica	209.088	515.814	163.906	300.939
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.313.304	3.975.009	1.120.972	3.218.075
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	377.677	1.119.165	323.390	930.180
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(2.852)	(14.454)	(2.099)	(9.894)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	223.630	564.547	180.138	455.696
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	165.094	82.006	568.311	929.602
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	8.133	78.217	42.923	127.955
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	122.926	403.461	148.478	405.594
Outras receitas e rendas	41.746	121.421	40.992	200.720
Outras receitas operacionais	2.249.658	6.329.372	2.423.105	6.257.928
Total da receita operacional bruta	4.349.461	12.443.979	4.574.682	12.051.451
Deduções da receita operacional				
ICMS	(610.019)	(1.908.871)	(601.439)	(1.735.228)
PIS	(67.745)	(194.513)	(71.660)	(189.400)
COFINS	(312.037)	(895.937)	(330.071)	(872.386)
ISS	(113)	(338)	(99)	(278)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(441.420)	(1.390.916)	(470.187)	(1.317.205)
Programa de P & D e eficiência energética	(25.161)	(72.053)	(26.845)	(70.122)
PROINFA	(21.199)	(61.396)	(18.105)	(53.423)
Bandeiras tarifárias e outros	(119.375)	(74.673)	(139.014)	(193.348)
Outros	(3.081)	(8.812)	(2.651)	(7.380)
	(1.600.149)	(4.607.508)	(1.660.072)	(4.438.769)
Receita operacional líquida	2.749.311	7.836.471	2.914.610	7.612.682

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	2.205	7.208	2.180	6.968
Industrial	587	1.768	626	1.886
Comercial	937	3.130	941	3.096
Rural	326	898	392	958
Poderes públicos	156	522	162	532
Iluminação pública	258	760	254	749
Serviço público	303	918	324	942
Fornecimento faturado	4.773	15.204	4.880	15.129
Consumo próprio	5	16	5	15
Fornecimento de energia elétrica	4.778	15.220	4.885	15.145
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	49	1.147	17	51
Energia elétrica de curto prazo	943	1.510	320	764
Suprimento de energia elétrica	993	2.658	337	816

Nº de consumidores	30/09/2019	30/09/2018
Classe de consumidores		
Residencial	4.161.323	4.070.070
Industrial	27.873	28.680
Comercial	244.352	245.933
Rural	81.879	81.480
Poderes públicos	28.203	27.831
Iluminação pública	8.735	8.450
Serviço público	5.024	4.869
Consumo Próprio	453	470
Total	4.557.842	4.467.783

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

24.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,66%.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.381, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 12,68%, sendo 8,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,01% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 16,90%.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foi registrada receita de R\$ 403.461 (R\$ 405.594 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018), sendo (i) R\$ 24.713 (R\$ 25.230 período de nove meses findos em 30 de setembro 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii)

Notas Explicativas

R\$ 342.354 (R\$ 360.620 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referentes a descontos tarifários e (iii) R\$ 210 (R\$ 350 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.184 (R\$ 19.394 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

24.4 – Bandeiras tarifárias

Vigente desde 1º de janeiro de 2015, o sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias, criado por meio da REN ANEEL nº 547/2013, busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de cerca de R\$1,34 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em cerca de R\$ 4,17 (patamar 1) e em cerca de R\$ 6,24 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde 1º de novembro de 2019 e foram regulamentados pela REH ANEEL nº 2628/2019.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro de 2018 a julho de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 90.314, e o valor líquido recebido pela Companhia da CCRBT, foi de R\$ 7.546 (R\$ 36.184 recebido e R\$ 28.638 pago), totalizando R\$ 97.860 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 107.557, referente a Bandeira Tarifária faturada de agosto e setembro de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

24.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	339.539	945.544	327.672	884.118
PROINFA	46.340	141.446	38.929	117.771
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.375.687	3.797.579	1.787.104	4.081.206
Crédito de PIS e COFINS	(160.154)	(401.262)	(190.825)	(453.281)
Subtotal	1.601.411	4.483.307	1.962.880	4.629.815
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	234.288	660.926	205.119	668.446
Encargos de transporte de Itaipu	33.483	94.833	30.889	86.623
Encargos de conexão	6.854	20.290	6.605	18.419
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.276	16.801	7.074	16.861
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(2.951)	(12.024)	(82.890)	(63.829)
Encargos de energia de reserva - EER	13.446	55.637	-	61.295
Crédito de PIS e COFINS	(26.769)	(77.372)	(15.429)	(72.873)
Subtotal	262.626	759.091	151.368	714.942
Total	1.864.038	5.242.398	2.114.248	5.344.757

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	1.254	3.710	1.225	3.629
PROINFA	130	367	127	365
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.539	16.875	4.777	14.719
Total	6.923	20.953	6.129	18.712

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	68.997	70.456	-	-	12.703	14.115	21.312	17.968	-	-	103.012	102.539
Entidade de previdência privada	19.494	15.583	-	-	-	-	-	-	-	-	19.494	15.583
Material	18.301	18.344	138	122	370	603	1.114	840	-	-	19.923	19.909
Serviços de terceiros	33.927	31.014	428	449	30.902	29.745	31.920	34.526	-	-	97.177	95.734
Custos com construção da infraestrutura	-	-	223.630	180.138	-	-	-	-	-	-	223.630	180.138
Outros	355	7.555	(1)	(1)	12.124	9.768	24.436	33.599	10.542	7.556	47.456	58.475
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	12.074	10.355	-	-	-	-	12.074	10.355
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	579	696	-	-	579	696
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.808	1.352	-	-	1.808	1.352
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	18.578	27.181	-	-	18.578	27.181
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	292	334	-	-	292	334
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	9.824	7.559	9.824	7.559
Outros	355	7.555	(1)	(1)	50	(587)	3.179	4.034	718	(3)	4.301	10.998
Total	141.075	142.951	224.195	180.708	56.100	54.230	78.782	86.933	10.542	7.556	510.694	472.378

	9 meses											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	213.191	209.286	-	-	38.776	40.020	57.877	51.797	-	-	309.844	301.102
Entidade de previdência privada	58.483	46.748	-	-	-	-	-	-	-	-	58.483	46.748
Material	54.947	52.429	406	345	1.122	1.181	2.561	3.952	-	-	59.036	57.907
Serviços de terceiros	97.362	95.125	1.288	1.176	95.143	88.700	100.998	105.253	-	-	294.791	290.254
Custos com construção da infraestrutura	-	-	564.547	455.696	-	-	-	-	-	-	564.547	455.696
Outros	(819)	7.544	-	(2)	35.410	26.770	70.356	58.632	24.909	21.675	129.856	114.619
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	35.206	29.426	-	-	-	-	35.206	29.426
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.940	1.970	-	-	1.940	1.970
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	4.234	3.169	-	-	4.234	3.169
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	51.660	41.543	-	-	51.660	41.543
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	900	1.003	-	-	900	1.003
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	22.914	21.695	22.914	21.695
Outros	(819)	7.544	-	(2)	204	(2.656)	11.622	10.947	1.995	(19)	13.002	15.813
Total	423.164	411.131	566.243	457.215	170.450	156.671	231.791	219.634	24.909	21.675	1.416.557	1.266.326

Notas Explicativas**(27) RESULTADO FINANCEIRO**

	2019		2018	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	7.202	21.990	10.046	28.011
Acréscimos e multas moratórias	37.462	105.913	31.857	89.623
Atualização de créditos fiscais	995	2.724	2.292	4.121
Atualização de depósitos judiciais	6.100	17.038	5.917	16.646
Atualizações monetárias e cambiais	9.698	23.568	11.280	24.504
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	6.205	12.363	2.886	17.045
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	11.115	34.592	12.641	23.347
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.028)	(11.781)	(4.289)	(12.885)
Outros	4.243	12.717	4.164	12.294
Total	78.992	219.124	76.795	202.704
Despesas				
Encargos de dívidas	(58.815)	(176.930)	(60.413)	(176.246)
Atualizações monetárias e cambiais	(17.330)	(71.602)	(39.512)	(71.339)
(-) Juros capitalizados	2.798	7.162	1.689	4.273
Outros	(13.388)	(25.104)	(7.563)	(23.316)
Total	(86.735)	(266.474)	(105.799)	(266.629)
Resultado financeiro	(7.742)	(47.350)	(29.004)	(63.925)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 105.231 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 259.998 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 5.390 (R\$ 4.461 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018). Este valor é composto por R\$ 5.205 (R\$ 4.348 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 185 (R\$ 113 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	30/09/2019	9 meses de 2019	9 meses de 2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	136	56.721	49.520
Intangível, materiais e prestação de serviço			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	77	-

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	9 meses 2019	9 meses 2018	9 meses 2019	9 meses 2018
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	7	-	32	-	-	-	(103)	(92)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(2)	(2)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.308	1.191	1.240	2.173	-	-	1.821	3.091
Companhia Jaguarí de Energia	652	794	130	282	-	-	(3.644)	(2.651)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.619	-	176	-	-	-	(5.465)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.074	1.580	218	446	-	-	(13.024)	(5.541)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(98)	(85)
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Energia S.A.	58	103	-	-	-	-	(491)	(441)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Renováveis - Consolidado	49	-	5	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	5	-	5	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	5	-	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(16)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(10)	(3)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	158	181	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	3	5	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	690	656	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	65	26	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	37	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	30	-	-	73	17	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	163	177	-	-
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	21	26
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	31	-	-	167	155	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	4	35	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	14	5	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	205
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	468
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	532.000	202.810	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Jaguarí de Energia	-	4	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	12	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	9.286	9.787	13.593	9.243	-	-	38.960	35.535
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	2.080	2.373	-	-	19.848	18.257
Nect Serviços Administrativos Ltda.	25	-	-	509	-	-	15.197	14.081
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	3	-	-	-	9	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	893	74	-	-	2.329	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.963	685	-	-	12.035	19.636
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	38	27	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	134	358	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	4.916	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.418	1.368	-	-	12.635	13.061	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	12.238	11.674	-	-	108.261	108.707
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	20	26	-	-	175	171
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.147	7.786	-	-	34.491	63.132
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	467	336	-	-	2.667	2.640
Campos Novos Energia S.A.	-	-	39.995	56.654	-	-	172.922	175.327
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	10.278	9.810	-	-	90.993	93.825
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	26.312	25.236	-	-	226.772	232.806
CPFL Renováveis - Consolidado	377	629	1.076	402	3.900	3.458	8317	4.672
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	275	212	-	-	6.290	7.299
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	60	-	-	-	8.327	7.984
Outras operações financeiras								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	12
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	10
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	14
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	900	1.004

Notas Explicativas

(*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa.

(**) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 82.578 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$ 115.542 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.070.927	1.070.927
Derivativos	30	(a)	Nível 2	200.334	200.334
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.371.971	3.371.971
			Total	4.643.232	4.643.232
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	1.065.271	1.065.343
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.896.578	1.896.578
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.148.722	2.163.421
Derivativos	30	(a)	Nível 2	577	577
			Total	5.111.148	5.125.919

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 42.247 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2019 (uma perda de R\$ 10.795 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no período de nove meses findos em setembro de 2019 foi de R\$ 83.378 (R\$ 130.811 no período de nove meses findos em setembro de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	196.478	(577)	195.901	165.818	30.082	US\$ + (Libor 3 meses + 0,8% e 1,55%) ou (1,96% a 3,56%)	103,2% a 116% do CDI ou CDI + 0,12%	mar/19 a ago/23	1.515.950
Empréstimos bancários - Lei 4.131	3.856	-	3.856	1.605	2.251	Euro + 0,79%	103,5% do CDI	fev/22	188.500
Total	200.334	(577)	199.757	167.423	32.334				
Circulante	83.126	(577)							
Não circulante	117.208	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização monetária	Liquidação	Saldo em
	31/12/2018	e cambial e marcação a mercado		30/09/2019
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	62.507	(45.535)	167.423
Marcação a mercado (*)	(10.292)	42.626	-	32.334
Total	140.160	105.133	(45.535)	199.757

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 42.626 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019		2018		2019	2018
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses	9 meses	9 meses
Varição de taxas de juros	-	-	(2.026)	(2.840)	-	-
Marcação a mercado	-	-	(1.266)	(1.614)	-	(33)
Varição cambial	77.298	62.508	109.976	261.599	-	-
Marcação a mercado	4.177	42.723	(18.193)	2.854	(97)	(426)
	81.476	105.231	88.490	259.998	(97)	(459)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

Notas Explicativas

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.705.270)		(37.509)	398.186	833.880
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.727.497		37.998	(403.376)	(844.750)
	<u>22.227</u>	baixa dolar	<u>489</u>	<u>(5.190)</u>	<u>(10.870)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(191.308)		(8.971)	41.099	91.169
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	194.220		9.107	(41.725)	(92.556)
	<u>2.912</u>	baixa euro	<u>136</u>	<u>(626)</u>	<u>(1.387)</u>
Total	<u>25.139</u>		<u>625</u>	<u>(5.816)</u>	<u>(12.257)</u>
Efeitos no resultado abrangente acumulado			508	(4.572)	(9.652)
Efeitos no resultado do período			117	(1.244)	(2.605)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2019 foi de R\$ 4,16 para o dólar e R\$ 4,54 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,26 e R\$ 4,76 e a depreciação cambial de 2,20% e 4,69%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.142.913				55.431	69.289	83.147
Instrumentos financeiros passivos	(1.775.769)				(86.125)	(107.656)	(129.187)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.721.961)				(83.515)	(104.394)	(125.273)
	(2.354.817)	alta CDI	6,25%	4,85%	(114.209)	(142.761)	(171.313)
Instrumentos financeiros passivos	(44.976)				(2.676)	(3.345)	(4.014)
	(44.976)	alta TJLP	6,56% e 7,42%	5,95%	(2.676)	(3.345)	(4.014)
Instrumentos financeiros passivos	(1.270.499)				(38.242)	(28.682)	(19.121)
Ativo financeiro da concessão	3.371.971				101.496	76.122	50.748
	2.101.472	baixa IPCA	2,97%	3,01%	63.254	47.440	31.627
Ativos e passivos financeiros setoriais	904.588				43.873	32.904	21.936
Instrumentos financeiros passivos	(21.423)				(1.039)	(779)	(520)
	883.165	baixa SELIC	6,25%	4,85%	42.834	32.125	21.416
Total	584.844				(10.797)	(66.541)	(122.284)
Efeitos no resultado do período					(10.797)	(66.541)	(122.284)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 32.515.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Notas Explicativas

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os períodos de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 04 de novembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP-027612/F

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019.

Campinas, 4 de Novembro de 2019

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2019.

Campinas, 4 de Novembro de 2019

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações